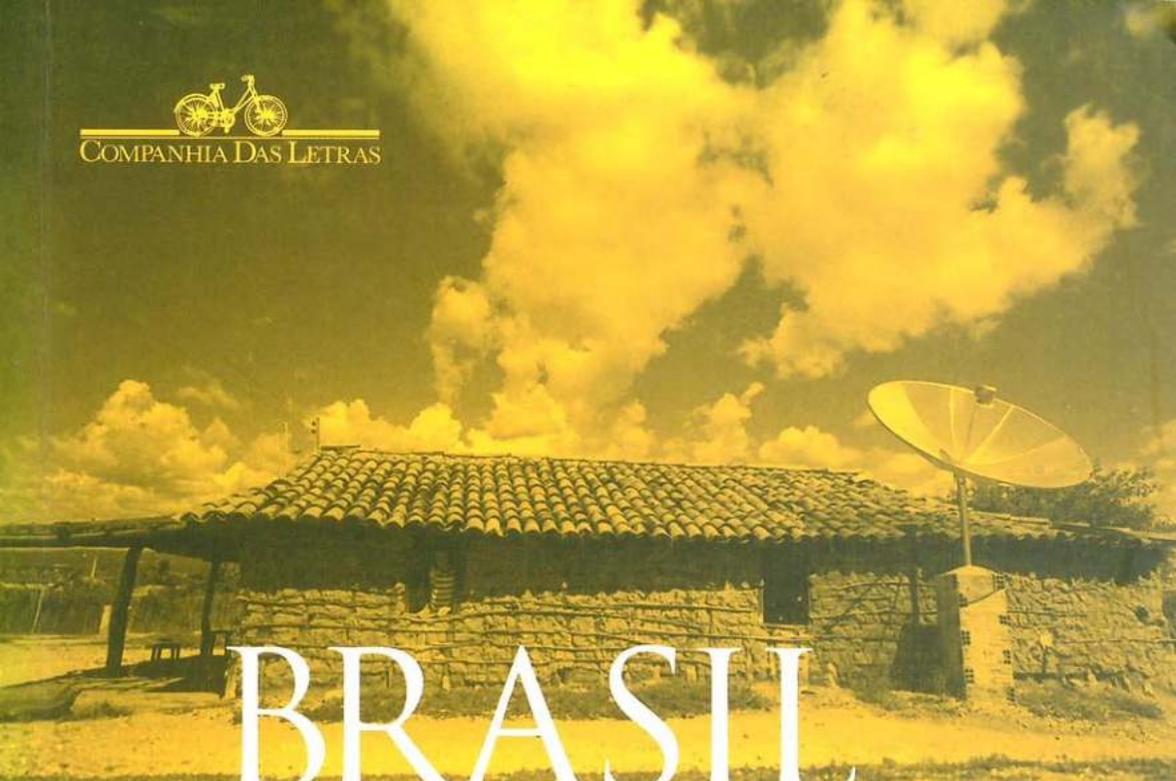




COMPANHIA DAS LETRAS



BRASIL UM SÉCULO DE TRANSFORMAÇÕES

IGNACY SACHS, JORGE WILHEIM E PAULO SÉRGIO PINHEIRO • ORGANIZADORES

AFRÂNIO GARCIA E MOACIR PALMEIRA • ASPÁSIA CAMARGO • CELSO FURTADO • CELSO LAFER • CRISTOVAM BUARQUE • EDUARDO PORTELLA
• ELZA BERQUÓ • GILBERTO DUPAS • HERVÉ THERY • IGNACY SACHS • JORGE WILHEIM • JOSÉ SEIXAS LOURENÇO • LÍDIA GOLDENSTEIN •
LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA • LUIZ CÉSAR DE QUEIROZ RIBEIRO • PAUL SINGER • PAULO SÉRGIO PINHEIRO • RENATO ORTIZ

Sumário

Nota introdutória	9
-------------------------	---

TRAJETÓRIAS

1. Evolução demográfica — <i>Elza Berquó</i>	14
2. Rastros de casas-grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro — <i>Afrânio Garcia e Moacir Palmeira</i>	38
3. Evolução da economia e vinculação internacional — <i>Paul Singer</i> . . .	78
4. Cidade, nação e mercado: gênese e evolução da questão urbana no Brasil — <i>Luiz César de Queiroz Ribeiro</i>	132
5. O Brasil e o mundo — <i>Celso Lafer</i>	162
6. Sociedade e cultura — <i>Renato Ortiz</i>	184
7. Uma avaliação da reestruturação produtiva — <i>Lídia Goldenstein</i> . . .	210
8. Do Estado patrimonial ao gerencial — <i>Luiz Carlos Bresser Pereira</i> . .	222

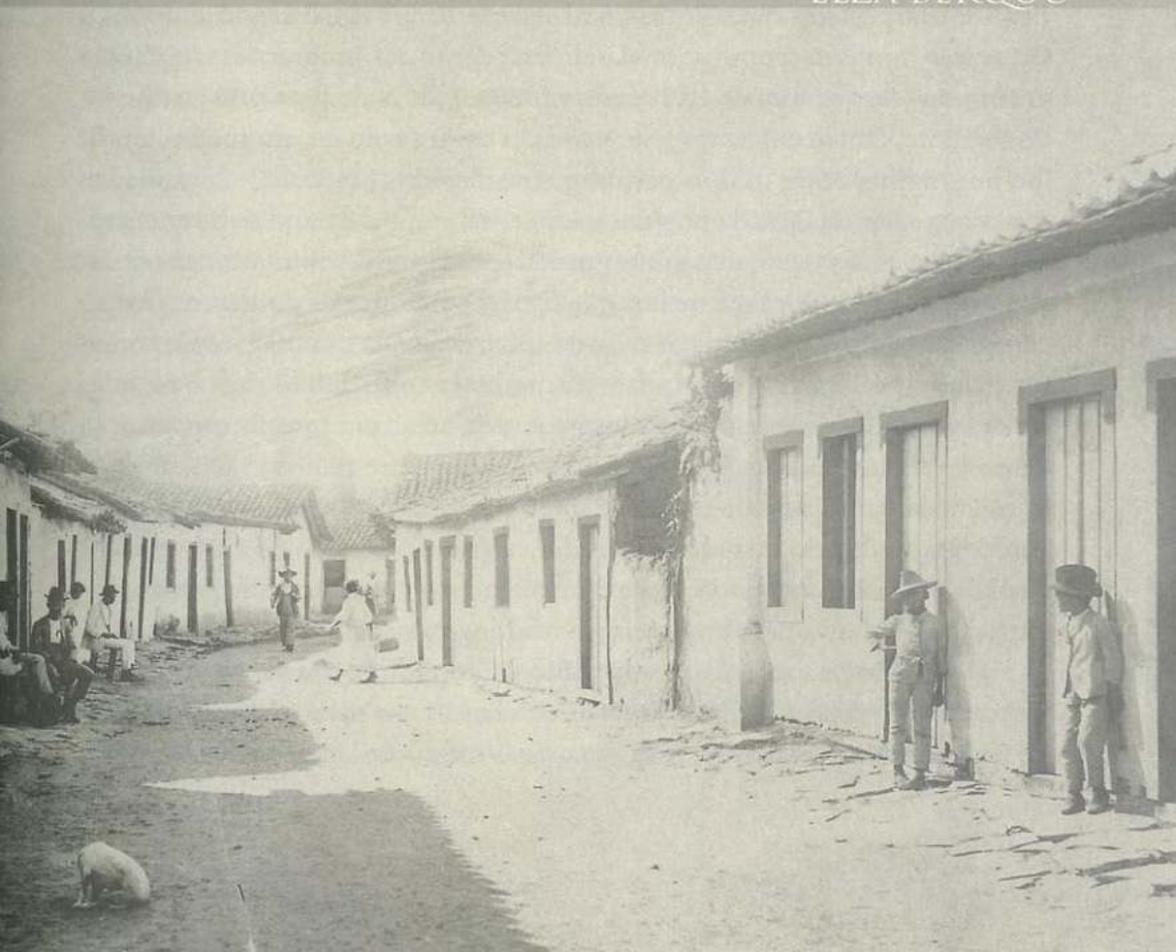
9. Transição política e não-estado de direito na República — <i>Paulo Sérgio Pinheiro</i>	260
10. Federalismo e identidade nacional — <i>Aspásia Camargo</i>	306
11. Amazônia: trajetória e perspectivas — <i>José Seixas Lourenço</i>	348
12. Nordeste: quinhentos anos de descobertas — <i>Cristovam Buarque</i> . . .	370
13. Retrato cartográfico e estatístico — <i>Hervé Thery</i>	394

VISÕES

14. Quando o futuro chegar — <i>Celso Furtado</i>	418
15. Os grandes desafios da economia globalizada — <i>Gilberto Dupas</i> . . .	430
16. Modernidade no vermelho — <i>Eduardo Portella</i>	456
17. Metrópolis e faroeste no século XXI — <i>Jorge Wilhelm</i>	472
18. <i>Quo vadis, Brasil?</i> — <i>Ignacy Sachs</i>	488
 Livros essenciais para entender o Brasil	 502
 Créditos das ilustrações das aberturas de capítulo	 511
Índice onomástico	513
Sobre os autores	519

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

ELZA BERQUÓ



A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA BRASILEIRA

Durante o século XX, o país teve sua população aumentada em quase dez vezes. De 17 438 434 pessoas em 1900, atingiu em 1999, segundo projeções do IBGE, a cifra de 163 947 500 habitantes. Esse crescimento não ocorreu, porém, em ritmo uniforme, como se pode observar pelos dados da Tabela 1. A discutível qualidade dos dois primeiros censos desse período, isto é, de 1900 e de 1920, torna difícil qualquer interpretação do ritmo de crescimento nesses primeiros vinte anos. Ao estudar exaustivamente esses dois levantamentos, Mortara (1970) concluiu que houve uma subenumeração no censo de 1900, enquanto o de 1920 sobreenumerou a população, explicando em grande medida as discrepâncias encontradas nas taxas anuais de crescimento. Além disso, o primeiro censo referia-se à população residente e o segundo, apenas aos presentes na data do recenseamento. Por outro lado, alguns fatores poderiam explicar um leve arrefecimento na taxa de crescimento no período 1920-40. A entrada de estrangeiros no Brasil, que atingira o elevado contingente de 1 446 081 no período 1900-20, declinou entre 1920 e 1940, passando a 1 146 081. Ou seja, o aumento populacional pelo excedente das imigrações em relação às emigrações, que fora de 10,1% entre 1900 e 1920, caiu para 6,3% no período seguinte. Outro elemento a ser evocado é a redução de, em média, um filho por mulher entre os dois períodos considerados (Tabela 2). Levando em conta que mais de 70% da população era rural e que a fecundidade era natural, ou seja, com pouco ou nenhum controle individual voluntário, não se deveria esperar tal redução, a menos que fatores conjunturais pudessem afetar o comportamento das pessoas. A crise de 1929, de escala mundial e com consequências específicas no caso brasileiro, pode ter contribuído para o retardamento das uniões conjugais ou mesmo levado ao adiamento da constituição da prole. A mortalidade, ligeiramente declinante entre 1900 e 1920, sofreu redução mais significativa tanto em 1920-30 como em 1930-40 (Tabela 3), o que parece contraditório quando se considera a grande recessão de 1930. O silêncio deixado pela ausência do censo de 1930 torna, entretanto, difícil uma aproximação explicativa para um intervalo tão longo, de vinte anos.

Desde 1940 a evolução demográfica da população brasileira vem sendo marcada por transições decorrentes de mudanças nos níveis de mortalidade e de fecundidade (Gráfico 1), uma vez que as migrações internacionais deixa-

ram de ter influência e a saída de brasileiros para o exterior só se tornou importante a partir de meados da década de 1980.

Entre 1940 e 1960, a população experimentou um aumento em seu ritmo de crescimento anual: de 2,3% ao ano, na década de 1940, passou a 3% no decênio seguinte (Tabela 1). Essa transição deveu-se exclusivamente a um declínio na mortalidade, traduzido por um ganho de dez anos na esperança de vida ao nascer (Tabela 3), já que a taxa de fecundidade total se manteve constante no período — seis filhos por mulher.

A partir de 1960 o ritmo anual do crescimento populacional começou a se desacelerar, passando a 2,8% e 2,6% nos decênios 1960-70 e 1970-80, respectivamente. Nesse período, a fecundidade começou a declinar, chegando a 4,3 filhos por mulher em 1980, enquanto a mortalidade continuou seu ritmo descendente anterior, com ganho de 9,4 anos na expectativa de vida. Assim, nessa nova etapa da transição demográfica, a responsabilidade passou para a queda da fecundidade. No período 1980-96, seu papel continuou decisivo na redução do crescimento da população, o qual atingiu 1,3% ao ano entre 1991 e 1996. De fato, a fecundidade teve sua maior redução, de 50%, passando de 4,3 a 2,2.

Em última análise, no decorrer do século xx, as mulheres no Brasil reduziram a sua prole, em média, em 5,5 filhos, enquanto houve um ganho de 35 anos na expectativa de vida dos brasileiros.

Essas transições afetaram diretamente e de forma significativa a estrutura etária da população (Gráfico 2). Passou-se de uma pirâmide de base larga e forma triangular — característica de regimes demográficos com altas taxas de fecundidade e de mortalidade — para uma outra mais uniforme e de base reduzida — típica de regimes com grande redução na fecundidade. De fato, a base da pirâmide etária de 1996 revela que, pela primeira vez no país, o número de crianças menores de cinco anos foi inferior ao daquelas de cinco a dez anos, e este, por sua vez, menor do que o segmento seguinte, de dez a quinze anos.

Vale salientar que os níveis e as tendências da mortalidade e da fecundidade apresentaram variações sociais e regionais. No caso da mortalidade, o Nordeste apresentou sempre os menores níveis para a expectativa de vida ao nascer, igual a 38 anos em 1940, contrastando com os cinquenta anos conquistados pela região Sul. Essa diferença de doze anos aumentou para dezesseis

seis até o decênio de 1970, começou a declinar, atingindo cinco anos em 1998, quando a vida média na região mais pobre do país chegou a 65 anos. Ou seja, nos últimos sessenta anos o Nordeste e o Sul ganharam, respectivamente, 27 e vinte anos por viver.

Importante responsável pelos valores da vida média são os níveis de mortalidade infantil. Nota-se pelo Gráfico 3 — que registra as taxas de mortalidade infantil do país e das regiões Nordeste e Sul, de 1930 a 1990 — que há grande contraste entre essas regiões, e que os ganhos significativos tiveram início a partir da década de 1970. A diferença de 68 mortes a mais de menores de um ano para cada mil nascidos vivos no Nordeste do que no Sul, observada no decênio de 1930, passou a 46 na década de 1990. A maior cobertura dos serviços de saneamento básico; a ampliação da oferta de serviços de assistência primária de saúde e médico-hospitalar, em especial os de pré-natal, parto e puerpério, bem como dos programas de prevenção como vacinação, reidratação oral e aleitamento materno; a queda da fecundidade e a melhoria e a abrangência do sistema educacional contribuíram para a redução sistemática dos níveis da mortalidade infantil, sobretudo a partir de meados da década de 1970.

Regulação da fecundidade

Diferenciais regionais e sociais marcaram os níveis e as tendências da fecundidade ao longo dos últimos sessenta anos. Até 1980, praticamente se mantiveram as diferenças de dois a três filhos a mais no Nordeste do que no Sudeste. Neste último, o declínio começou mais cedo, em meados do decênio de 1960; no Nordeste, isso ocorreria dez anos mais tarde. O final da década de 1990 assiste à grande convergência de todas as regiões em torno de fecundidades baixas: aproximadamente 2,4. Essa redução foi produto direto da regulação da fecundidade, traduzida por alta proporção de uso de métodos contraceptivos, sem descartar, contudo, o recurso ao aborto induzido.

O primeiro levantamento de cunho nacional sobre anticoncepção consistiu da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) de 1986 e revelou que, entre mulheres de quinze a 54 anos, o uso de algum método para evitar a concepção era da ordem de 70%, proporção elevada mesmo em comparação com os países mais desenvolvidos. A alta prevalência dos chamados mé-

todos modernos de alta eficácia (62,8%) foi responsável pelo acelerado declínio da fecundidade (Berquó, 1987a). Um levantamento realizado dez anos mais tarde veio mostrar um aumento do uso (76,7%), fechando-se ainda mais o leque contraceptivo em torno da esterilização feminina e da pílula anticoncepcional. Muitos estudos trataram de buscar diferenciais de fecundidade e de uso de contraceptivos segundo variáveis sociais, econômicas, culturais e raciais. Determinantes da regulação da fecundidade, dada a ausência de uma política nacional de controle da natalidade, preocuparam também vários estudiosos (Merrick e Berquó, 1983; Carvalho, Paiva e Sawyer, 1981). Vale aqui destacar o trabalho de Faria (1989). Ao estudar as políticas governamentais de benefícios previdenciários, de saúde, de crédito ao consumidor e de telecomunicações no período 1960-85, Faria mostrou que, embora essas políticas não tivessem sido formuladas no sentido da demanda por regulação da fecundidade, acabaram por ter efeitos sobre essa demanda e, conseqüentemente, sobre a redução da fecundidade.

Envelhecimento da população

Caracterizado como um país de população jovem, o Brasil apresentou até 1970 uma estrutura etária praticamente constante, considerando menores de quinze anos, adultos (quinze a 64) e idosos, com 65 anos ou mais (Tabela 4). A partir de então, e fruto da queda da fecundidade iniciada em meados da década de 1960, o grupo de jovens passou a representar cada vez menos no cômputo geral da população, abrindo assim espaço para o aumento da importância relativa dos idosos (Gráfico 4): fenômeno já observado em 1998 nos países mais ricos, no Brasil os idosos superarão os jovens só por volta de 2040. Como conseqüência, foram afetadas também as razões de dependência, principalmente a partir de 1970. A proporção de pessoas na idade de aposentadoria (beneficiando-se hipoteticamente da contribuição de cem pessoas em idade de trabalhar) passou de quatro, em 1900, e cinco, em 1960, a oito, em 1991. A continuar tal tendência, essa razão seguirá em queda até o primeiro quartel do século XXI, chegando a representar menos de 50%.

No decorrer do século XX, o volume da população idosa aumentou 25 vezes, correspondendo a 8,8 milhões de habitantes em 1996; ou seja, uma em

cada vinte pessoas tinha sessenta anos ou mais. Na última década, essa população cresceu a uma taxa média anual de 3,5%; isto é, todos os anos, 264 mil pessoas em média entraram na terceira idade. Vale lembrar que os idosos de hoje correspondem a sobreviventes de coortes nascidas até 1935, quando o cenário demográfico era marcado por altas taxas de fecundidade. Beneficiando-se do declínio da mortalidade, o envelhecimento populacional se dá a taxas de crescimento muito superiores às da população total, freadas pelo declínio recente da fecundidade.

Alguns indicadores sociodemográficos que marcam os idosos no final de século xx, resultantes de processos cumulativos ao longo de suas vidas, reforçam a necessidade de um olhar especial voltado para políticas sociais que levem em conta suas vulnerabilidades. Enquanto para a população total a média de anos de estudo é igual a 5,6, os idosos não ultrapassam 1,5, e 42% deles são analfabetos. Aproximadamente 40% vivem em estruturas familiares com rendimento mensal *per capita* de no máximo um salário mínimo. O superávit de mulheres presente no país aumenta com a idade. Na faixa dos sessenta aos 69 anos, há 114 mulheres para cem homens, aumenta para 120 no grupo etário seguinte e chega a 142 entre os octogenários e a 180 entre os nonagenários. A grande maioria dos homens idosos (76,4%) vive em companhia de uma esposa, o que ocorre com apenas 34,7% das idosas, visto que 52,1% delas são viúvas. Dentre as não-casadas, cresce a proporção das que moram sozinhas, chegando a quase 20%.

Nupcialidade e arranjos familiares

O estudo da nupcialidade, baseado, a partir do início do século xx, nos censos brasileiros, encontra dificuldades comparativas no que se refere ao estado civil da população. Além das categorias — solteiros, casados e viúvos —, o censo de 1900 manteve a incorporação da situação dos “divorciados”, já presente no censo de 1872, possivelmente em razão da presença dos estrangeiros no país. Entretanto, essa categoria desapareceu do censo de 1920, reaparecendo em 1940 sob a denominação “desquitados”, antecipando-se assim à introdução, em 1942, do artigo nº 315 no Código Civil, que estabeleceu o desquite, isto é, a separação sem dissolução do vínculo. É ainda desse ano a lei nº 4529,

que veio regulamentar a anulação do casamento. As quatro categorias — solteiros, casados, viúvos e desquitados — permaneceram nos censos seguintes, até o de 1970; o de 1980 incluiu os divorciados, agora com apoio na lei nº 6515 de 1977, que instituiu esse estado civil, permitindo aos divorciados novo casamento.

O exposto justifica uma análise que incorpore apenas os últimos sessenta anos. Nesse sentido, cresceram ao longo do tempo as proporções de casados (legalmente ou não) e de divorciados ou separados, reduzindo-se, por sua vez, as de solteiros e de viúvos (nesse caso, em virtude do aumento da expectativa de vida). Se o cenário matrimonial foi marcado pela presença majoritária e ascendente de pessoas casadas, *lato sensu*, a taxa bruta da nupcialidade legal (número de casamentos legalizados por mil pessoas) declinou nas últimas décadas, sofrendo uma redução da ordem de 60% (Gráfico 5). Essa aparente contradição encontra justificativa no grande aumento das uniões não legalizadas ou consensuais ocorrido no mesmo período. De 6,5% em 1960, as uniões consensuais passaram a representar 23,5% do total das uniões em 1995. Em geral, associadas no passado aos estratos mais pobres da população, muitas vezes sem meios para ter um casamento legalizado, ou como única alternativa da classe média para uma nova união após a dissolução de um casamento civil, as uniões consensuais vêm assumindo importância cada vez maior como primeira opção de vida conjugal, inclusive entre os segmentos mais jovens da população (Berquó, 1998a). Em contraposição ao declínio da nupcialidade legal, as taxas brutas de separações judiciais, ou seja, desquites e divórcios (por mil pessoas), ascenderam no mesmo período, atingindo em 1994 um nível quatro vezes maior do que o registrado no início da década de 1980 (Gráfico 6). A demanda reprimida antes da lei do divórcio pode ser responsabilizada pelo forte crescimento dessa taxa nos primeiros anos da década de 1980, a qual, uma vez saturada, deu lugar à dinâmica das descontinuidades matrimoniais, presente na sociedade brasileira.

Nos últimos anos, entretanto, poucas alterações se verificaram quanto à idade de entrada em casamentos legalizados. Com efeito, entre 1974 e 1994, variou de 27,3 a 27,6 anos para os homens, e de 23,7 a 24,1 anos para as mulheres. Manteve-se, desse modo, a norma cultural segundo a qual o noivo é mais velho do que a noiva: uma diferença de 3,5 anos. Vale notar que desde 1940 os homens vêm se casando com cerca de 27 anos. Já as mulheres, que em 1940 se

casavam aos 21,7 anos, caracterizando uma diferença de 5,4 anos em relação aos noivos, passaram a 23,3 em 1950 e 23,8 em 1960, e a partir daí não se apresentaram alterações significativas.

A interação de processos demográficos — evolução dos níveis de fecundidade, intensidade e tempo de nupcialidade, separações e recasamentos, alterações das curvas de mortalidade e seus diferenciais por sexo e idade, e a intensidade e o destino dos deslocamentos espaciais da população, cuja força depende dos processos de mudanças socioeconômico-culturais — acaba por determinar estruturas domésticas e familiares marcadas por tamanhos e composições variáveis ao longo do tempo. Dessa forma, crescem no país (a um ritmo anual muito superior ao do crescimento populacional) as unidades domiciliares e declina o número médio de pessoas por unidade domiciliar. Os arranjos domésticos que se tornaram mais raros são os de sete ou mais pessoas, seguidos dos de cinco a seis componentes. O maior crescimento deu-se nas unidades de três a quatro pessoas, seguidas das de tamanho igual a dois (Gráfico 7).

Finalmente, vale registrar que, quanto à composição dos arranjos domésticos e familiares, embora a família nuclear (casal com ou sem filhos, com ou sem parentes e/ou agregados) continue predominante, encontra-se em declínio, passando de 78,8%, em 1970, para 70,7%, em 1995. Cresceram, no mesmo período, os arranjos monoparentais (um dos cônjuges, com filhos, com ou sem parentes e/ou agregados), de 10,3% a 17,5%. Ascenderam também os que vivem sozinhos, com 8,1% do total dos arranjos em 1995 (Berquó, 1998b).

MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA AO LONGO DO SÉCULO XX¹

A mobilidade espacial da população no território nacional insere-se num contexto mais amplo de transformações da sociedade em seu conjunto. Os distintos contextos históricos, econômicos, sociais, demográficos e políticos tiveram implicações nos processos de redistribuição da população e de urbanização ao longo do século xx.

A tendência a uma maior mobilidade espacial da população no Brasil foi mais evidente já com o final do Império, com a abolição e com a expansão ca-

feira do período 1880-1930. Acrescente-se que, ao longo desse período, o país assistiu à entrada de 3 993 766 imigrantes estrangeiros. Para Balán (1974), os deslocamentos populacionais registrados no país, do fim do século XIX até a década de 1930, compreenderam migração de escravos, imigração estrangeira, migração inter-regional de mão-de-obra livre, migração para áreas de economia de subsistência, migração livre voltada para a produção de borracha na Amazônia e migração de negros libertos, substituídos por imigrantes estrangeiros. O autor conclui que, particularmente no final do século XIX, a migração era altíssima, e talvez a mais alta em toda a história contemporânea do país.

A crise econômica mundial em 1929, e a conseqüente crise do café, contribuiu para o início do incipiente processo de industrialização nacional. Nessa etapa decresceu consideravelmente a entrada de estrangeiros, ao mesmo tempo que a população das áreas cafeeicultoras rurais se transferiu para áreas urbanas. Os planos de desenvolvimento industrial, pós-1930, exigiram a unificação do mercado e sua articulação. Assim, as migrações internas, entre 1930 e 1950, seguiram, basicamente, rumo ao meio urbano dos municípios, às fronteiras agrícolas (Paraná, Centro-Oeste e Maranhão) e aos centros industriais do Sudeste; a migração rural-urbana nacional chegou a 3 milhões de pessoas, na década de 1940.²

O novo padrão de desenvolvimento econômico adotado pós-1956 — industrialização pesada — contribuiu para um enorme avanço no processo de urbanização e industrialização no país: o êxodo rural na década de 1950 foi de cerca de 7 milhões de pessoas. Ainda nessa década, entretanto, a ocupação das áreas de fronteiras agrícolas desempenhou importante papel na interiorização do território, com fluxos rural-rural.

A partir da segunda metade do decênio de 1960 iniciou-se o processo de industrialização do campo e modernização agrícola, aumentando o êxodo rural; além disso, já deslanchava o processo de esgotamento das antigas áreas de fronteiras, totalizando 12,8 milhões de pessoas que saíram do campo, entre 1960 e 1970. De outro lado, as mudanças ocorridas na estrutura produtiva nacional pós-1960 implicaram a diversificação do parque industrial, abrindo novos empregos urbanos.

A década de 1970 intensificou essas tendências, ressaltando-se que, mesmo com a fronteira amazônica, as migrações passaram a ser predominantemente em direção ao meio urbano; esse período marcou a consolidação dos

grandes centros urbanos, com o crescente processo de metropolização. Entre 1970 e 1980, estima-se a migração rural-urbana em torno de 15,6 milhões de brasileiros.

Essas características, no entanto, vêm se alterando, principalmente desde a década de 1980. As fronteiras agrícolas já haviam perdido importância no cenário migratório nacional a partir de 1970, e as forças de concentração da migração, especialmente a exercida pela metrópole de São Paulo, arrefeceram a partir da década de 1980, porém não desapareceram. Compondo um movimento mais amplo de distribuição populacional, a região metropolitana de São Paulo, ao mesmo tempo que ainda se mantém como o maior centro de recepção migratória, passou também a se destacar pela importância de seu volume emigratório em nível nacional, emprestando recentes características ao processo de distribuição espacial da população e redefinindo alguns aspectos da migração interna.

De fato, o início da década de 1990 tendeu a consolidar as transformações na dinâmica migratória brasileira, com o fortalecimento de duas vertentes complementares do atual processo de distribuição espacial da população: de um lado, a continuidade da centralidade do Sudeste, em especial da região metropolitana de São Paulo, no processo migratório nacional, mesmo com seu expressivo refluxo populacional aos estados de nascimento; de outro, o prosseguimento da redução no ímpeto das migrações de longa distância e o aumento de importância das migrações intra-regionais e intra-estaduais.

Migrações internacionais recentes

A partir de meados da década de 1980, a migração internacional passou a se configurar como uma questão demográfica emergente em âmbito nacional. A emigração, principalmente, deixou de ser um fenômeno isolado e limitado a circunstâncias específicas (exilados), passando a se inserir no contexto atual dos deslocamentos populacionais internacionais propiciados pelo processo de globalização da produção.

Já há certo consenso entre os estudiosos brasileiros, e as poucas fontes disponíveis confirmam que o período em que se desencadeia o fenômeno da emigração de brasileiros data da segunda metade dessa década. O volume dessa

emigração, no entanto, é de difícil mensuração. Carvalho (1996) e Oliveira et al. (1996) elaboraram estimativas, chegando a resultados bastante próximos: 1,4 milhão de brasileiros no exterior, segundo a hipótese mais baixa, e 2 milhões, na hipótese mais alta. Nesse mesmo ano, o Ministério das Relações Exteriores fez um levantamento em seus consulados no exterior, chegando à cifra de 1,5 milhão de emigrantes.

Essa nova realidade das migrações internacionais *de e para* o Brasil estimulou a criação de centros de pesquisa especializados e a realização de vários estudos, com base nos quais se pode avançar no conhecimento de diferentes tipos de fluxos. O primeiro refere-se aos movimentos em direção ao Primeiro Mundo (Estados Unidos, Canadá e Europa), bem como para o Japão. As causas desses fluxos parecem estar baseadas, particularmente, na “mobilidade social truncada no Brasil” (Brito, 1995) — estima-se que haja 750 mil brasileiros envolvidos nesses fluxos.

Outro movimento refere-se aos fluxos, iniciados na década de 1970, de trabalhadores rurais do Paraná com destino a terras paraguaias: em 1975, havia aproximadamente 40 mil brasiguaios, cifra que alcançou 250 mil, em 1982.

Os movimentos fronteiriços constituem mais um tipo de deslocamento emergente (Patarra, 1995). Segundo o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM, 1991) existem dezesseis áreas de fronteiras, que envolvem desde Guiana Francesa, Guiana, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Paraguai e Argentina até o Uruguai. Com o Mercosul, esses movimentos tendem a se intensificar, inclusive passando-se a mais uma modalidade de deslocamento: os movimentos transfronteiriços, envolvendo espaços descontínuos entre dois países (Pellegriño, 1995), uma vez que a própria criação do bloco econômico compreende o trânsito livre de trabalhadores entre os distintos países que o compõem. Nesse sentido, de acordo com o Centro de Estudos Migratórios de Porto Alegre, viviam no Brasil, em 1990, cerca de 5 milhões de estrangeiros latino-americanos, a grande maioria em situação irregular.

Finalmente, é importante mencionar que, na entrada recente de estrangeiros no país, destacam-se os latino-americanos, em especial bolivianos e peruanos, bem como os coreanos, que se dirigem à cidade de São Paulo para trabalhar na indústria de confecção. Os primeiros — em sua maior parte clandestinos — trabalham, ocultamente, para os imigrantes coreanos, cuja

comunidade vem se tornando crescentemente documentada, chegando a cerca de 250 mil pessoas (CSEM, 1991).

Assim, passados mais de cem anos das migrações internacionais, o país assiste a uma saída inédita de população e, ao mesmo tempo, volta a receber novos fluxos de estrangeiros. Agora, no entanto, esses movimentos, inseridos num contexto maior de globalização, são marcados predominantemente pela clandestinidade.

A MISCIGENAÇÃO NO BRASIL

O último dado censitário revela que 48% da população se considera negra, ou seja, parda ou preta, segundo as categorias usadas pelo IBGE.

Os trabalhos de Mortara nas décadas de 1950 e 1960 constituem os primeiros marcos nos estudos demográficos da composição por cor da população. A subjetividade e as questões de identidade que envolvem esse tipo de informação determinaram estratégias distintas por parte dos órgãos coletores para melhor captar esse quesito. Assim, no censo de 1940, dado que sua preparação se desenvolvia em um período em que o cenário mundial estava marcado por sérias questões racistas, a Comissão Censitária Nacional, tentando evitar o uso de classificações que pudessem pôr em dúvida sua posição, lançou mão de três categorias: “branco”, “preto” e “amarelo”, classificando como “pardos” todos os casos que não se incluísem nas três anteriores. Já no censo de 1950, o recenseado deveria declarar explicitamente sua cor segundo categorias precodificadas — “branco”, “preto”, “pardo” e “amarelo” —, o mesmo ocorrendo no censo de 1960. Um sério vazio de vinte anos limitou o conhecimento da composição por cor da população, em decorrência da retirada dessa informação do censo de 1970, realizado durante o regime militar. Nos censos de 1980 e de 1991, a autodeclaração permaneceu, e, neste último, além da presença das quatro anteriores, apareceu a categoria “indígena”.

Considerando as inúmeras limitações a que podem estar sujeitas essas informações, os dados revelam que nos últimos cinquenta anos a estrutura por cor da população foi se alterando de forma significativa (Gráfico 8).³ As populações branca e preta vão reduzindo seu peso relativo na população total e abrindo espaço para a importância crescente dos pardos. Essa configuração

encontra suporte no crescimento muito diferenciado dos três segmentos populacionais (Tabela 5). A população de pretos diminuiu entre 1940 e 1950, recuperando-se no período seguinte e voltando a declinar até o último censo, sempre com taxas muito reduzidas e bem abaixo do nível nacional. Pode-se dizer que foram os brancos que imprimiram o ritmo de crescimento populacional do país. Quanto aos pardos, suas taxas têm sido praticamente o dobro daquelas referidas pelos brancos. Berquó (1987b), estudando a nupcialidade dos segmentos branco, preto e pardo, verificou que as mulheres pretas se casam mais tarde do que as brancas e pardas, o mesmo ocorrendo com os homens pretos. Além disso, o celibato entre as pretas, ou seja, a proporção daquelas que chegam solteiras aos cinqüenta anos, é quase o dobro do verificado entre brancas e pardas. Mostrou também que o processo de miscigenação pelo qual vem passando a população no país está apoiado numa certa assimetria por sexo, sobretudo em razão de os homens buscarem mulheres mais claras.

Bercovich (1987), estimando a fecundidade por cor para o período 1940-80, constatou que até 1960 as mulheres pretas tinham menos filhos (variando de 5,5 a 5,8) do que as brancas (6,0 a 6,2), e estas menos do que as pardas (de 6,2 a 6,9), situação que se reverte em 1980, quando o número médio de filhos das pretas, brancas e pardas situou-se em torno de 5,1, 3,5 e 5,6, respectivamente.

Wood e Webster (1987) mostraram que, em 1950, a população branca tinha chance de sobreviver 7,5 anos a mais do que os pretos e os pardos, cuja esperança de vida ao nascer estava estimada em quarenta anos. Essa diferença permaneceu até 1980, quando a expectativa de vida dos negros chegou a apenas 59 anos. Em 1987, enquanto brancos alcançaram 72 anos para a vida média, os negros chegaram aos 64,5 anos.

Garcia Tamburo (1987) mostrou que a taxa de mortalidade infantil de pardos e pretos em 1980 — 105 mortes de menores de um ano a cada mil nascidos vivos — correspondia àquela que caracterizava a população infantil branca de vinte anos antes.

Essas informações permitem lançar algumas suposições sobre a conformação por cor da população. A branca esteve exposta a uma menor mortalidade, entrou mais cedo em união conjugal, teve um menor celibato e maior fecundidade até 1960, o que pode ser responsável por seu predomínio quantitativo no total populacional. Por outro lado, o aumento da mestiçagem, isto

é, de casamentos com pardos e pretos, e o declínio mais acentuado da fecundidade a partir de 1960, devido ao acesso mais precoce a métodos mais modernos de anticoncepção, podem ser responsabilizados pela desaceleração de sua taxa de crescimento e redução de seu peso relativo no total populacional (Berquó, 1988).

Já quanto à população preta, sua maior mortalidade, a entrada mais tardia em união, com elevado celibato, principalmente o feminino, a mestiçagem e a menor fecundidade até 1960 traduzem-se em baixas taxas de crescimento e no acentuado declínio de seu peso relativo no cômputo geral. As altas taxas de fecundidade durante todo o período 1940-80 e a elevada mestiçagem com a população branca respondem pelo alto e sistemático crescimento dos pardos.

CONCLUSÕES

As mudanças demográficas que mais marcaram o século XX ocorreram nos últimos cinquenta anos. A mais importante foi a queda acentuada da fecundidade, que teve impacto direto na desaceleração do crescimento da população, na sua estrutura etária — tornando-a mais envelhecida — e na redução do tamanho das famílias. A regulação voluntária de fecundidade, via métodos modernos de contracepção, conferiu mais autonomia ao exercício da sexualidade, e os direitos reprodutivos individuais passaram a fazer parte dos direitos humanos. A conquista do divórcio abriu novas possibilidades no plano da conjugalidade, e antigas formas de união dos sexos ganharam novos significados, convivendo com estilos de vida emergentes.

O êxodo rural fez crescer as cidades em número e em tamanho; o país urbanizou-se e as sucessivas décadas presenciaram uma contínua mobilidade espacial da população; de tradicional receptor de imigrantes, o país se surpreende com a saída de brasileiros no final do século XX.

Houve uma expressiva miscigenação, atestada pela elevada e crescente presença dos autodeclarados “pardos” na composição populacional. E atenuaram-se as diferenças regionais nos indicadores sociodemográficos.

TABELA 1 — TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)
DA POPULAÇÃO DO BRASIL NO PERÍODO 1900-96

<i>Períodos</i>	<i>Taxa de crescimento (% a. a.)</i>
1900-20	2,9
1920-40	1,5
1940-50	2,3
1950-60	3,0
1960-70	2,9
1970-80	2,6
1980-91	1,9
1991-6	1,3

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1900 a 1991 e Contagem Populacional de 1996.

TABELA 2 — TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL — BRASIL, 1903-99

<i>Anos</i>	<i>Taxas</i>
1903	7,7
1908	7,4
1913	7,1
1918	6,8
1923	6,6
1928	6,4
1933	6,2
1938	6,0
1943	5,8
1950	5,9
1960	6,1
1970	5,8
1980	4,3
1991	2,5
1999	2,2

Fonte: Frias, L. A. de M. e Carvalho, J. A. M. (1994). Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

TABELA 3 — TAXAS DE MORTALIDADE (POR MIL HABITANTES) — BRASIL, 1900-95

<i>Anos</i>	<i>Taxas</i>
1900	29,1
1910	28,7
1920	28,4
1930	26,3
1940	24,4
1950	21,4
1960	14,3
1970	11,4
1980	6,3
1991	5,4
1995	5,8

Fonte: Santos, J. L. F. *Medidas de fecundidade e mortalidade para o Brasil no século XX* (1978), Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991, SIM — DATASUS/FNS, 1995.

TABELA 4 — DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS — BRASIL, 1900-96

<i>Censos</i>	GRUPOS ETÁRIOS (%)			
	<i>Até 14 anos</i>	<i>15 a 64 anos</i>	<i>65 anos e mais</i>	<i>Total</i>
1900	44,6	53,4	2,0	17 438 434
1920	42,8	54,7	2,5	30 635 605
1940	42,6	55,0	2,4	41 132 884
1950	41,8	55,6	2,6	51 827 765
1960	42,7	54,6	2,7	69 407 021
1970	42,6	54,3	3,1	92 177 110
1980	38,2	57,8	4,0	118 874 665
1991	35,0	60,2	4,8	146 825 475
1996	31,6	63,0	5,4	156 668 436

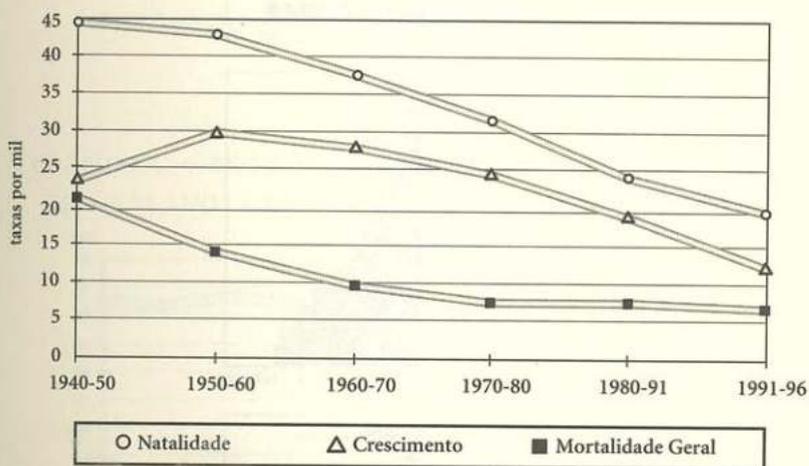
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1900 a 1991 e Contagem Populacional de 1996.

TABELA 5 — TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)
SEGUNDO A COR — BRASIL, 1940-91

Períodos	COR		
	Branca	Preta	Parda
1940-50	2,1	-0,6	4,6
1950-60	2,9	0,8	4,1
1960-80	2,2	0,6	4,0
1980-91	1,5	0,4	2,8

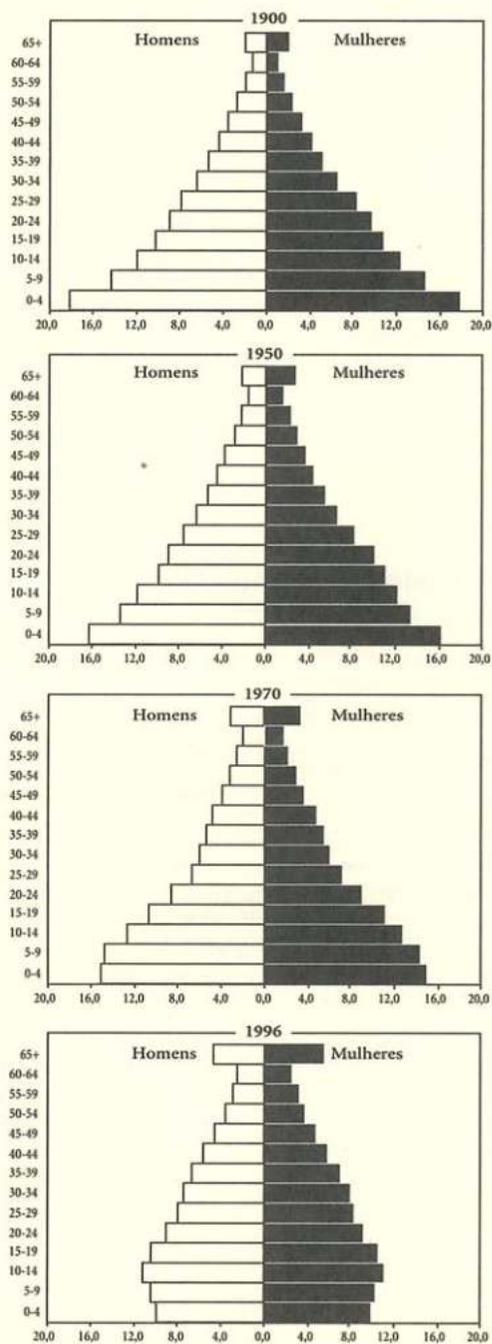
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1991.

GRÁFICO 1 — TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA BRASILEIRA, 1940-96



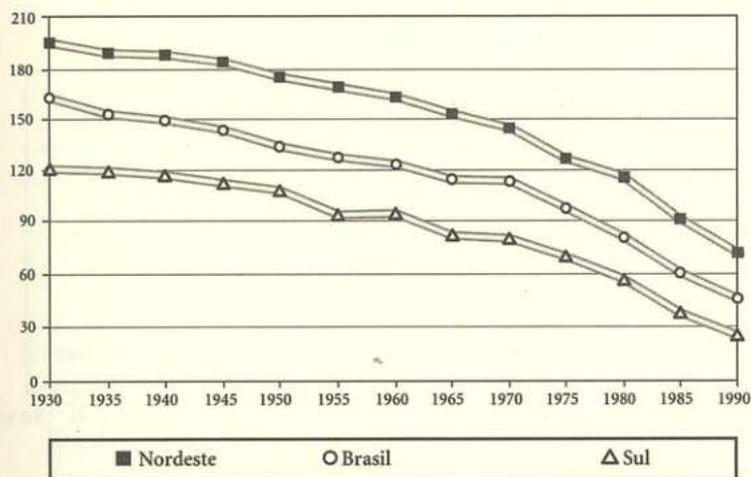
Fonte: Fundação IBGE, *Brasil em Números*, vol. 3, 1994, Martine e Camargo (1984) e Anuário Estatístico do Brasil 1995.

GRÁFICO 2 — POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO
E GRUPOS DE IDADE — BRASIL, 1900, 1950, 1970, E 1996



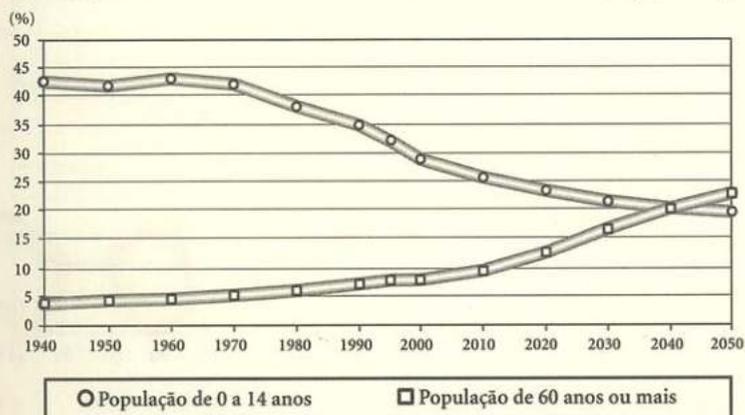
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1900, 1950 e 1970, Contagem Populacional de 1996.

GRÁFICO 3 — TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL (%/00) DO BRASIL E DAS REGIÕES NORDESTE E SUL — BRASIL, 1930-90



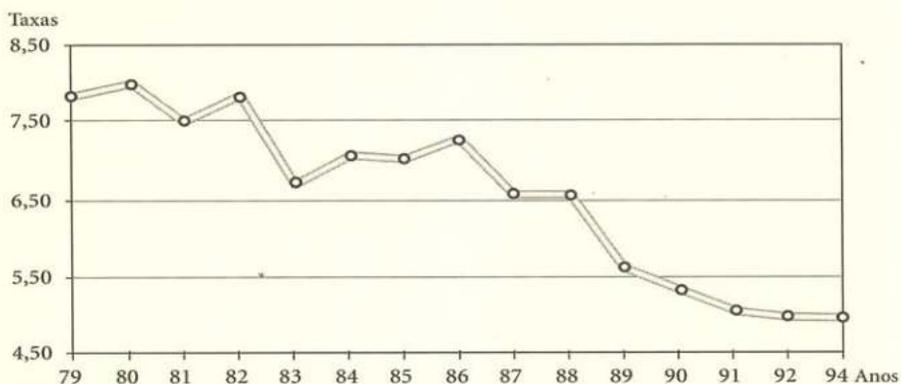
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1991, PNADS de 1992 a 1995.

GRÁFICO 4 — PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL COM IDADES DE 0 A 14 ANOS E DE 60 ANOS OU MAIS — BRASIL, 1940-2050



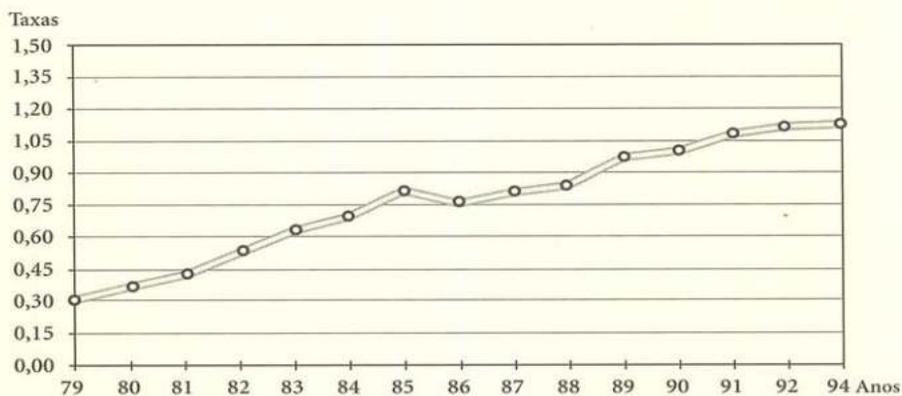
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1900 a 1991, Contagem Populacional de 1996 e Projeções de 2000 a 2050.

GRÁFICO 5 — TAXAS BRUTAS
DE NUPCIALIDADE — BRASIL, 1979-94



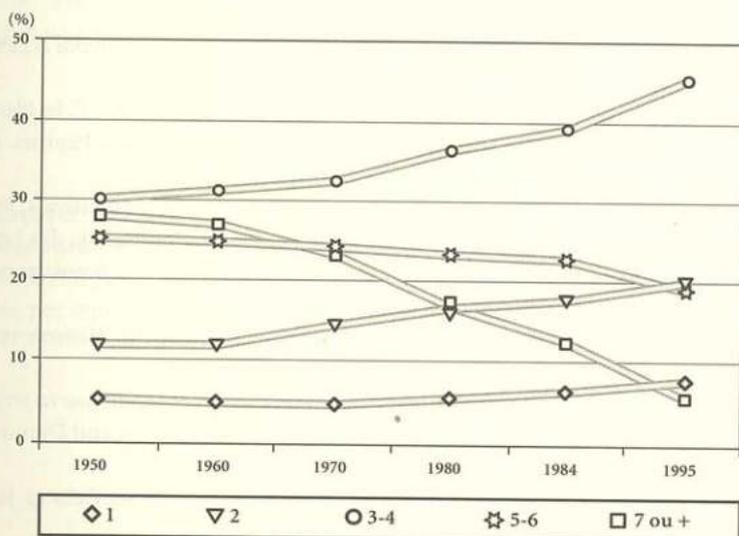
Fonte: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1960/1991 e 1994.

GRÁFICO 6 — TAXAS BRUTAS DE SEPARAÇÕES
E DIVÓRCIOS — BRASIL, 1979-94



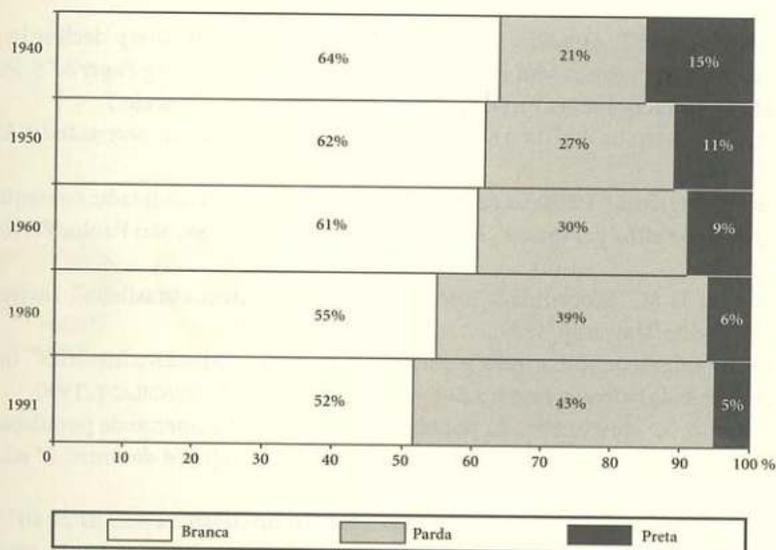
Fonte: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1960/1991 e 1994.

GRÁFICO 7 — PROPORÇÃO DE ARRANJOS DOMÉSTICOS POR NÚMERO DE COMPONENTES — BRASIL, 1950-80, 1984 E 1995



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1950 a 1991, PNADs de 1984 e 1995.

GRÁFICO 8 — PARTICIPAÇÃO RELATIVA SEGUNDO A COR — POPULAÇÃO TOTAL — BRASIL, 1940-91



BIBLIOGRAFIA

- BALÁN, J. "Migraciones e desarrollo capitalista en el Brasil: ensaio de interpretación histórico-comparativa". *Migración y desarrollo*, CLACSO, 1974.
- BERCOVICH, A. "Fecundidade da mulher negra: constatações e questões". *Textos NEPO 11*. Campinas, NEPO/Unicamp, 1987.
- BERQUÓ, E. "Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil". In Neri, Anita Liberalesse & Debert, Guita Brin (orgs.). *Velhice e sociedade*. Campinas, Papirus, 1999. Coleção Vivacidade.
- _____ et al. "Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica". In Novais, Fernando A. (coord.). *História da vida privada no Brasil*. vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998b.
- _____ "Como, quando e com quem se casam os jovens brasileiros". In *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, CNPD, 1998a, pp. 93-108.
- _____ "A anticoncepção da população brasileira na virada do século". In *Homem-mulher: crises e conquistas*. São Paulo, Melhoramentos, 1987a.
- _____ & MERRICK, Thomas W. *The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility*. Washington National Academy Press, 1983. (Committee on Population and Demography, Report n° 23.)
- _____ "A demografia da desigualdade". *Novos Estudos*, n° 21. São Paulo, Cebrap, jul. 1988, pp. 74-84.
- _____ "Nupcialidade da população negra no Brasil". *Textos NEPO 11*. Campinas, NEPO/Unicamp, 1987b.
- BRITO, F. "Os povos em movimento: as migrações internacionais recentes no desenvolvimento do capitalismo". In Patarra, N. L. (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo, FNUAP, 1995.
- CARVALHO, J. A. M. "O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80". In Patarra, N. L. (coord.). *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI*. São Paulo, FNUAP, 1996.
- _____; PAIVA, Paulo de T. Almeida; SAWYER, Donald R. "The recent sharp decline in fertility in Brazil: economic boom, social inequality and baby bust". *Working Paper n° 8*. México, The Population Council, 1981. (Working Papers/Documentos de Trabajo.)
- CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. *Emigrar: opção ou necessidade?* Ano 1, n° 2, Brasília, 1991.
- FARIA, Vilmar Evangelista. "Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos". In *Ciências sociais hoje, 1989*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1989.
- GARCIA TAMBURO, E. M. "Mortalidade infantil da população negra brasileira". *Textos NEPO 11*, Campinas, NEPO/Unicamp, 1987.
- MARTINE, G. "As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica". In *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo, ABEP/IUSSP/CELADE, 1990.
- MORTARA, Giorgio. "O crescimento da população". Parte I — O aumento da população do Brasil entre 1872 e 1970. In *Contribuições para o estudo da demografia do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.
- OLIVEIRA, T. et al. "Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80". In Patarra, N. L. (coord.). *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI*. São Paulo, FNUAP, 1996.

- PATARRA, N. & BAENINGER, R. "Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil" (considerações preliminares). In Pellegrino, A. (comp.). *Migración e integración: nuevas formas de movilidad de la población*. Uruguai, Ediciones Trilce, 1995.
- PELLEGRINO, A. "Presentación". In Pellegrino, A. (comp.), op. cit.
- WOOD, C. H. & WEBSTER, P. L. *Racial inequality and child mortality in Brazil*, 1987, mimeo.

NOTAS

1. Esta seção contou com a colaboração de Rosana Baeninger.
2. As estimativas sobre êxodo rural foram extraídas de Martine (1990).
3. Os "amarelos", em 1940, 1950, 1960 e 1980, e os "amarelos + indígenas", em 1991, não estão incluídos por representarem 0,6% da população total ao longo de todos esses anos.

